

Edital n° E:001/2020/2020/PGE

**EDITAL – SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - N° 001/2020- PGE/AL**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve tornar público o presente EDITAL, que estabelece as instruções destinadas ao processo seletivo voltado ao preenchimento de vagas para estagiários de Pós-Graduação em Direito, na forma da Lei Federal n° 11.788 de 25 de setembro de 2008, da Lei Estadual n° 4.675, de 27 de junho de 1985, e da Resolução n° 007, de 21 de setembro 2020 do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado, publicada no DOE de 22.09.2020, para atuar junto à Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas, em Maceió.

1. O certame tem por finalidade selecionar candidatos para o preenchimento de 30 (trinta) vagas de estagiários de Direito.
  - 1.1. O estágio terá duração de um ano, prorrogável por mais um ano, em conformidade com o art. 11, da Lei n° 11.788/08.
  - 1.2. Poderão participar do processo seletivo os estudantes devidamente matriculados em cursos de Pós-Graduação em Direito, lato ou stricto sensu, os quais sejam oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação.
    - 1.2.1. A contratação só será efetivada se o candidato aprovado, quando da admissão, estiver regularmente matriculado em curso de Pós-Graduação em Direito, lato ou stricto sensu, reconhecido pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação
  - 1.3. Além do contido no item anterior, são, ainda, requisitos para investidura na função de estagiário de Pós-Graduação em Direito da Procuradoria-Geral do Estado:
    - 1.3.1. Não ocupar cargo, emprego ou função nos órgãos ou nas entidades da Administração Pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
    - 1.3.2. Declaração, no respectivo termo de compromisso, de disponibilidade de horário;
    - 1.3.3. Declaração pessoal de inexistência de antecedentes criminais e da ausência das causas de impedimento para o exercício das funções;
    - 1.3.4. Existência de Convênio de Cooperação para a Concessão de Estágio entre o Estado de Alagoas, por intermédio da Procuradoria-Geral do Estado, e a entidade de ensino superior na qual o aluno se encontra matriculado;
    - 1.3.5. Não desenvolver qualquer atividade paralela em conflito de interesses com as funções desempenhadas no âmbito da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas.
  - 1.4. Os estagiários farão jus a uma bolsa mensal de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), a qual será acrescida de auxílio transporte, nas hipóteses cabíveis.
  - 1.5. Fica assegurado à pessoa portadora de deficiência (assim qualificada nos termos do Decreto n° 3.298, de 1999) o percentual de 10% (dez por cento) na forma do § 5º, do art. 17 da Lei n° 11.788, de 2008, das vagas oferecidas em razão deste certame, que surgirem durante o prazo de validade do processo seletivo, ficando destinadas as 5ª, a 15ª, a 25ª, a 35ª vagas e assim sucessivamente.
    - 1.5.1. As vagas que não forem providas pelas pessoas portadoras de necessidades especiais, em face da inexistência de candidatos aprovados, serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem de classificação.

2. As inscrições serão realizadas, no período de 14 de outubro de 2020 a 21 de outubro de 2020, exclusivamente por meio eletrônico, através do seguinte link: <https://tinyurl.com/inscricaoestagiopos>.

- 2.1. Para realizar a inscrição no endereço eletrônico acima referenciado, o candidato deverá possuir uma conta do GMAIL, pois, caso contrário, não conseguirá anexar os documentos solicitados.
- 2.2. No ato da inscrição são exigidos os seguintes documentos:
  - 2.2.1. Currículo lattes (Plataforma lattes), no qual devem constar todas as informações profissionais e acadêmicas do candidato (Caso sejam inseridas quaisquer informações falsas, o candidato será automaticamente desclassificado do certame, sem prejuízo da imposição das demais sanções legais cabíveis);
  - 2.2.2. Cópia do RG ou outro documento oficial com foto;
  - 2.2.3. Comprovante de matrícula na Pós-Graduação;
  - 2.2.4. Laudo médico original, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional da Doença – CID, bem como a causa provável da deficiência (apenas para os portadores de deficiência);
- 2.3. Todos os documentos anexados devem conter, na descrição, o nome completo do candidato.
3. O processo seletivo será realizado em duas etapas:

3.1. Seleção curricular, cujos termos envolvem a atribuição de pontuação específica, de acordo com a experiência acadêmica e profissional dos candidatos, nos seguintes termos:

ALÍNEA	TÍTULO/EXPERIÊNCIA	VALOR DE CADA TÍTULO	VALOR MÁXIMO DOS TÍTULOS
A	Diploma de curso de pós-graduação em nível de mestrado (título de mestre) em Direito (aprovado pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação).	20 pontos	20 pontos
B	Certificado de curso de pós-graduação em nível de especialização (aprovado pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação), com carga horária mínima de 360 horas-aula, em Direito.	15 pontos	15 pontos
C	Livro, de autoria individual, com inscrição no ISBN, no âmbito da ciência jurídica.	5 pontos	25 pontos
D	Trabalhos jurídicos de autoria individual editados, em periódicos especializados, com conselho editorial e com inscrição no ISSN.	3 pontos	15 pontos
E	Exercício, por mais de um ano, de cargo, emprego ou função de natureza jurídica em entidades públicas, inclusive cargos em comissão e empregos temporários. (excetuado estágio de graduação)	2,0 pontos por ano completo, sem sobreposição de tempo	10 pontos
F	Exercício, por mais de um ano, de estágio em órgão da Advocacia Pública Federal, Estadual ou Municipal.	1,0 ponto por ano completo, sem sobreposição de tempo	3 pontos
G	Exercício de atividade docente, em curso de Direito, por mais de um ano. (não há possibilidade de cumulação com a alínea E)	2,0 pontos por ano completo, sem sobreposição de tempo	10 pontos
H	Exercício de atividade advocatícia (pública ou privada), por mais de um ano. (não há possibilidade de cumulação com a alínea E)	2,0 pontos por ano completo, sem sobreposição de tempo	10 pontos
	<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>		<b>108 pontos</b>

3.1.2. Serão habilitados à segunda fase (entrevista) os candidatos aprovados e classificados na seleção curricular até 60ª posição para a listagem geral e até a 10ª posição para os candidatos que se declararam pessoas com deficiência (respeitados os empates na última colocação).

3.2. Os habilitados na primeira etapa serão convocados para uma entrevista com dois dos membros da banca examinadora. A entrevista, que terá duração de 20 minutos, consistirá na realização de duas perguntas jurídicas, as quais poderão abordar as seguintes matérias (Conteúdo programático listado no anexo único): a) Direito Constitucional; b) Direito Administrativo; c) Direito Processual Civil e d) Direito Tributário.

3.2.1. Os examinadores poderão atribuir até 20 pontos ao candidato, levando em conta os seguintes critérios:

- Uso correto do vernáculo.
- Articulação coerente do raciocínio jurídico.
- Domínio do conhecimento.
- Capacidade de argumentação

3.2.2. A fase de entrevista será meramente classificatória.

3.3. A nota final do candidato será representada pela soma das pontuações conferidas na primeira e na segunda etapa.

3.4. A classificação final dos aprovados obedecerá a ordem decrescente de pontuação.

3.4.1. Em caso de empate, servirão de critérios para desempate, na seguinte ordem:

- 3.4.2. Maior nota na entrevista;
- 3.4.3. Maior nota na seleção curricular;
- 3.4.4. Maior idade;

3.5. O Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas, por meio de endereço eletrônico ([www.pge.al.gov.br](http://www.pge.al.gov.br)), divulgará a data e o local da entrevista dos candidatos habilitados na seleção curricular.

3.6. A entrevista será realizada de forma presencial, com a observância de todos os protocolos sanitários estabelecidos pelas autoridades governamentais.

3.7. Os candidatos habilitados para a fase de entrevista deverão comparecer ao local da arguição com a antecedência mínima de uma hora, portando o comprovante de inscrição, RG ou documento oficial de identificação com foto.

3.8. Não será permitida a utilização, no local da entrevista, de armas, nem de aparelhos eletrônicos (máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, bip, telefone celular, receptor, gravador etc.).

3.9. Compete ao candidato acompanhar a divulgação da informação prevista no item 3.5 deste edital.

4. Caberá recurso de todas as etapas do processo seletivo, no prazo de 02(dois) dias úteis, a contar da publicação de cada resultado, no Diário Oficial do Estado de Alagoas.

4.1. A petição de recurso será encaminhada à Procuradoria Geral do Estado de Alagoas, por meio eletrônico, em link a ser disponibilizado em cada edital de divulgação dos resultados, e deverá conter:

- 4.1.1. Argumentação lógica e fundamentada;
- 4.1.2. Nome completo do candidato.

5. O programa do certame consta especificado no anexo único deste edital.

6. O estagiário, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.788, de 2008, e da Resolução nº 07/2020 do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas, não terá vínculo empregatício.

7. O prazo de vigência da seleção será de um ano, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação.

8. A inscrição do candidato implica a aceitação das normas constantes neste edital.

9. Os casos omissos neste edital serão solucionados pela Comissão de Seleção.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Gabinete do Procurador-Geral, em Maceió, 09 de outubro de 2020.

FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR  
Procurador-Geral do Estado

## ANEXO ÚNICO

### DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Teoria da Constituição. 1.1 Constitucionalismo e Neoconstitucionalismo: conceitos, características, classificação, evolução histórica, constitucionalismo e democracia. 1.2 Constituição: conceitos, características, classificação, evolução histórica. 1.3 Teoria do Poder Constituinte. 1.3.1 Poder Constituinte Originário, Derivado e Decorrente: características gerais; reforma e revisão; mutação constitucional; teoria da recepção; emendas à Constituição de 1988 e suas limitações. 1.4 Normas constitucionais: conceito, classificação, função, estrutura. 1.5 Preâmbulo constitucional. 1.6 Disposições constitucionais transitórias. 1.7 Hermenêutica constitucional e interpretação. 1.8 Constituições do Brasil. 2 Controle da constitucionalidade. 2.1 Teoria da inconstitucionalidade da norma. 2.2 Evolução histórica do controle de constitucionalidade. 2.3 Principais sistemas e sua classificação. 2.4 Efeitos e técnicas da decisão. 2.5 O problema da legitimidade democrática do controle. 2.6 O controle de constitucionalidade na Constituição Federal de 1988: controle difuso, concentrado (ação direta de inconstitucionalidade - ADI, ação declaratória de constitucionalidade - ADC, ação direta de inconstitucionalidade por omissão - ADO, arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF, Lei nº 9.868/1999 e suas alterações e Lei nº 9.882/1999), súmulas vinculantes e recurso extraordinário. 2.7 Controle de constitucionalidade das leis estaduais e municipais. 3 Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 3.1 Declaração de direitos: histórico; teoria jurídica e teoria política. 3.2 Conceito, natureza e fundamentos. 3.3 Classificação e evolução. 3.4 Características gerais. 3.5 Eficácia horizontal. 3.6 Interpretação, concretização, restrição, eficácia e núcleo essencial. 3.7 Direitos fundamentais e o problema de sua efetivação. 4 Direitos e Princípios Fundamentais na Constituição de 1988. 4.1 Princípios fundamentais. 4.2 Direitos e garantias fundamentais. 4.3 Direitos e deveres individuais e coletivos. 4.4 Direitos sociais. 4.5 Direitos da Nacionalidade e cidadania. 4.6 Direitos políticos e partidos políticos. 4.7 Direitos difusos coletivos e individuais homogêneos. 4.8 Proteção judicial dos direitos fundamentais. 4.9 Ações constitucionais: habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data, ação popular; ação civil pública; ação de improbidade. 5 Organização do Estado. 5.1 Estado Democrático de Direito: fundamentos constitucionais e doutrinários. 5.2 Democracia: conceito, evolução histórica, classificação, características. 5.3 Federalismo: soberania e autonomia do Estado federal, conceito, sistemas de repartição de competência, direito comparado, princípio da simetria constitucional; poder constituinte estadual e municipal; sistemas de gerenciamento constitucional das crises. 5.4 União, estados, municípios, Distrito Federal e territórios. 5.5 Organização Político-Administrativa do Estado Brasileiro. 5.6 Repartição de Competências na Constituição de 1988. 5.7 Intervenção Federal e Estadual. 6

Organização dos Poderes. 6.1 Princípio da separação dos poderes: conceito, evolução histórica, direito comparado. 6.2 Poder Executivo: estrutura, atribuições e competências; administração pública e seus princípios na Constituição de 1988; servidores públicos civis; presidencialismo e parlamentarismo; presidente da República (poder regulamentar e medidas provisórias) e ministro de Estado; crimes de responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado. 6.3 Poder Legislativo: estrutura, organização, atribuições, membros, prerrogativas, vedações e imunidades; comissões parlamentares; processo legislativo; controle interno e externo dos poderes; Tribunal de Contas. 6.4 Poder Judiciário: membros, prerrogativas, vedações, atribuições; estrutura e organização; Conselho Nacional de Justiça; tribunais e juizes. 6.5 Conselho da República e Conselho de Defesa. 7 Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 7.1 Estado de sítio e de defesa. 7.2 Forças Armadas. 7.3 Segurança Pública. 8 Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública e Advocacia. 9 Sistema Tributário Nacional e Finanças Públicas. 10 Ordem econômica e financeira. 10.1 Princípios gerais da atividade econômica. 10.2 Política urbana. 10.3 Política agrícola e fundiária e reforma agrária. 11 Ordem social. 11.1 Seguridade Social. 11.1.1 Saúde. 11.1.2 Previdência. 11.1.3 Assistência Social.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Introdução ao direito administrativo. 1.1 Origem e objeto do direito administrativo. 1.2 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo. 1.3 Fontes do direito administrativo. 1.4 Sistemas administrativos: sistema inglês, sistema francês e sistema adotado no Brasil. 2 Administração pública. 2.1 Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito. 2.2 Administração pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo. 2.3 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 2.4 Administração pública na Constituição Federal. 3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito. 3.2 Supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público. 4 Organização administrativa. 4.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 4.2 Administração direta. 4.2.1 Conceito. 4.2.2 Órgão público: conceito; teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos; características; e classificação. 4.3 Administração indireta. 4.3.1 Conceito. 4.3.2 Autarquias. 4.3.3 Agências reguladoras. 4.3.4 Agências executivas. 4.3.5 Fundações públicas. 4.3.6 Empresas públicas. 4.3.7 Sociedades de economia mista. 4.3.8 Consórcios públicos. 4.4 Serviços sociais autônomos; entidades de apoio; organizações sociais; organizações da sociedade civil de interesse público. 5 Atos administrativos. 5.1 Conceito. 5.2 Fatos da administração, atos da administração e atos administrativos. 5.3 Requisitos ou elementos. 5.4 Atributos. 5.5 Classificação. 5.6 Atos administrativos em espécie. 5.7 O silêncio no direito administrativo. 5.8 Extinção dos atos administrativos: revogação, anulação e cassação. 5.9 Convalidação. 5.10 Vinculação e discricionariedade. 5.11 Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes. 5.12 Decadência administrativa. 6 Processo administrativo. 6.1 Lei nº 9.784/1999. 6.2 Disposições doutrinárias aplicáveis. 7 Poderes e deveres da administração pública. 7.1 Poder regulamentar. 7.2 Poder hierárquico. 7.3 Poder disciplinar. 7.4 Poder de polícia. 7.5 Dever de agir. 7.6 Dever de eficiência. 7.7 Dever de probidade. 7.8 Dever de prestação de contas. 7.9 Abuso do poder. 8 Serviços públicos. 8.1 Legislação pertinente. 8.1.1 Lei nº 8.987/1995 e suas alterações. 8.1.2 Lei nº 11.079/2004 e suas alterações (parceria público-privada). 8.1.3 Parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil. Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações. 8.2 Disposições doutrinárias. 8.2.1 Conceito. 8.2.2 Elementos constitutivos. 8.2.3 Formas de prestação e meios de execução. 8.2.4 Delegação: concessão, permissão e autorização. 8.2.5 Classificação. 8.2.6 Princípios. 8.2.7 Remuneração. 8.2.8 Usuários. 9 Intervenção do Estado na propriedade. 9.1 Conceito. 9.2 Fundamento. 9.3 Modalidades. 9.3.1 Limitação administrativa. 9.3.2 Servidão administrativa. 9.3.3 Ocupação temporária. 9.3.4 Requisição administrativa. 9.3.5 Tombamento. 9.3.6 Desapropriação. 10 Licitações. 10.1 Legislação pertinente. 10.1.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. 10.1.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. 10.1.3 Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas). 10.1.4 Fundamentos constitucionais. 10.2 Disposições doutrinárias. 10.2.1 Conceito. 10.2.2 Objeto e finalidade. 10.2.3 Destinatários. 10.2.4 Princípios. 10.2.5 Contratação direta: dispensa e inexigibilidade. 10.2.6 Modalidades. 10.2.7 Tipos. 10.2.8 Procedimento. 10.2.9 Anulação e revogação. 10.2.10 Sanções administrativas. 11 Contratos administrativos. 11.1 Responsabilidade contratual. 11.2 Legislação pertinente. 11.2.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. 11.2.2 Lei nº 11.107/2005 (consórcios públicos). 11.3 Disposições doutrinárias. 11.3.1 Conceito. 11.3.2 Características. 11.3.3 Vigência. 11.3.4 Alterações contratuais. 11.3.5 Execução, inexecução e rescisão. 11.3.6 Convênios e instrumentos congêneres. 11.3.7 Consórcios públicos. 12 Controle da administração pública. 12.1 Conceito. 12.2 Controle exercido pela administração pública. 12.3 Controle legislativo. 12.4 Controle judicial. 12.5 Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas. 12.6 Controle Social. 12.7 Limites e perspectivas do controle. 13 Improbidade administrativa. 13.1 Lei nº 8.429/1992. 13.2 Disposições doutrinárias aplicáveis. 14 Agentes públicos. 14.1 Disposições constitucionais aplicáveis. 14.2 Disposições doutrinárias. 14.2.1 Conceito. 14.2.2 Espécies. 14.2.3 Cargo, emprego e função pública. 14.2.4 Provimento. 14.2.5 Vacância. 14.2.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 14.2.7 Remuneração. 14.2.8 Direitos e deveres. 14.2.9 Responsabilidade. 14.2.10 Processo administrativo disciplinar. 14.2.11 Regime de previdência. 15 Bens públicos. 15.1 Conceito. 15.2 Classificação. 15.3 Características. 15.4 Espécies. 15.5 Afetação e desafetação. 15.6 Aquisição e alienação. 15.7 Uso dos bens públicos por particular. 16 Responsabilidade civil do Estado. 16.1 Evolução histórica. 16.2 Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado. 16.3 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 16.4 Responsabilidade por omissão do Estado. 16.5 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 16.6 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 16.7 Reparação do dano. 16.8 Direito de regresso. 16.9 Responsabilidade primária e subsidiária. 16.10 Responsabilidade do Estado por atos legislativos. 16.11 Responsabilidade do Estado por atos judiciais. 17. Lei Federal nº 12.846/2013 e suas alterações (Lei Anticorrupção).

#### DIREITO TRIBUTÁRIO

1 Sistema Tributário Nacional. 1.1 Conceito. 1.2 Relação do direito tributário com o direito financeiro e com os demais ramos do direito. 1.3 Fontes. 1.4 Princípios do direito tributário. 1.5 Limitações do poder de tributar. 1.6 Repartição das receitas tributárias. 2 Tributo. 2.1 Conceito. 2.2 Natureza jurídica. 2.3 Espécies. 2.4 Imposto. 2.5 Taxa. 2.6 Contribuição de melhoria. 2.7 Empréstimo compulsório. 2.8 Contribuições. 3 Competência tributária. 3.1 Classificação. 3.2 Exercício da competência tributária. 3.3 Capacidade tributária ativa. 3.4 Imunidade tributária. 3.5 Distinção entre imunidade, isenção e não incidência. 3.6 Imunidades em espécie. 4 Fontes do direito tributário. 4.1 Constituição Federal. 4.2 Leis complementares. 4.3 Leis ordinárias e atos equivalentes. 4.4 Tratados internacionais. 4.5 Atos do Poder Executivo federal com força de lei material. 4.6 Atos exclusivos do Poder Legislativo. 4.7 Convênios. 4.8 Decretos regulamentares. 4.9 Normas complementares. 5 Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. 6 Obrigação tributária. 6.1 Obrigação principal e acessória. 6.2 Fato gerador. 6.3 Sujeito ativo. 6.4 Sujeito passivo. 6.5 Solidariedade. 6.6 Capacidade tributária. 6.7 Domicílio tributário. 6.8 Responsabilidade tributária. 6.9 Responsabilidade dos sucessores. 6.10 Responsabilidade de terceiros. 6.11 Responsabilidade por infrações. 7 Crédito tributário. 7.1 Constituição de crédito tributário. 7.2 Lançamento. 7.3 Modalidades de lançamento. 7.4 Suspensão do crédito tributário. 7.5 Extinção do crédito tributário. 7.6 Exclusão de crédito tributário. 7.7 Garantias e privilégios do crédito tributário. 8 Administração tributária. 8.1 Fiscalização. 8.2 Dívida ativa. 8.3 Certidões negativas. 9 Impostos da União. 10 Impostos dos estados e do Distrito Federal. 10.1 Lei Complementar nº 87/1996 e suas alterações. 11 ICMS: obrigação tributária principal; fato gerador; base de cálculo; alíquotas; não cumulatividade e crédito fisco-contábil; apuração e prazo de recolhimento; sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária e responsável tributário; substituição tributária; isenção. 12 Impostos dos municípios. 13 Processo administrativo tributário. 16 Processo judicial tributário. 16.1 Ação de execução fiscal. 16.2 Lei nº 6.830/1980 e suas alterações (Execução Fiscal). 16.3 Ação cautelar fiscal. 16.4 Ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária. 16.5 Ação anulatória de débito fiscal. 16.6 Mandado de segurança. 16.7 Ação de repetição de indébito. 16.8 Ação de consignação em pagamento. 16.9 Ações de controle de constitucionalidade. 16.10 Ação civil pública. 17 Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e suas alterações.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 Lei nº 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil. 2 Normas processuais civis. 3 Jurisdição. 4 Ação. 4.1 Conceito, natureza, elementos e características. 4.2 Condições da ação. 4.3 Classificação. 5 Pressupostos processuais. 6 Preclusão. 7 Sujeitos do processo. 7.1 Capacidade processual e postulatória. 7.2 Deveres das partes e procuradores. 7.3 Procuradores. 7.4 Sucessão das partes e dos procuradores. 8 Litisconsórcio. 9 Intervenção de terceiros. 10 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. 11 Ministério Público. 12 Advocacia Pública. 13 Defensoria pública. 14 Atos processuais. 14.1 Forma dos atos. 14.2 Tempo e lugar. 14.3 Prazos. 14.4 Comunicação dos atos processuais. 14.5 Nulidades. 14.6 Distribuição e registro. 14.7 Valor da causa. 15 Tutela provisória. 16 Formação, suspensão e extinção do processo. 17 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença. 17.1 Procedimento comum. 17.2 Disposições Gerais. 17.3 Petição inicial. 17.4 Improcedência liminar do pedido. 17.5 Audiência de conciliação ou de mediação. 17.6 Contestação, reconvenção e revelia. 17.7 Audiência de instrução e julgamento. 17.8 Providências preliminares e de saneamento. 17.9 Julgamento conforme o estado do processo. 17.10 Provas. 17.11 Sentença e coisa julgada. 17.12 Cumprimento da sentença. 18 Procedimentos Especiais. 19

Procedimentos de jurisdição voluntária. 20 Processos de execução. 21 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais. 22 Livro Complementar. 23 Disposições finais e transitórias. 24 Mandado de segurança. 25 Ação popular. 26 Ação civil pública. 27 Mandado de Injunção. 28 Ação de improbidade administrativa. 29 Reclamação constitucional. 30 Lei do Juizado Especial da Fazenda Pública. 31 Regime de pagamento de Precatórios e RPV's. 32 Jurisprudência dos tribunais superiores e estaduais.

A COORDENADORA DA PROCURADORIA DA FAZENDA ESTADUAL EMMANUELLE DE ARAÚJO PACHECO MARROQUIM, DESPACHOU EM DATA DE 9 DE OUTUBRO DE 2020, O(S) SEGUINTE(S) PROCESSO(S):

ASS: EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO( PAGAMENTO) DESPACHO PGE/PFE-CD n° 0591/2020 - EMENTA: TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. QUITAÇÃO DO DÉBITO. PAGAMENTO. EXTINÇÃO. ART. 156, I, DO CTN. HOMOLOGAÇÃO. LIVRO DE TERMOS DE INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA. AVERBAÇÃO. SISTEMA GESTOR FAZENDÁRIO. ANOTAÇÃO. ARQUIVAMENTO. A Coordenação da Procuradoria da Fazenda Estadual, diante do disposto no Art. 156, I do CTN, entende pela EXTINÇÃO dos créditos tributários relativos aos processos abaixo indicados.

PROCESSO (Nº)	DÉBITO	CDA	INTERESSADO	CACEAL
1500-006429/2009	9987790002	2261/2009	A. C. DE OLIVEIRA VIDROS - ME	24841683
1500-100678/2019	20030211	1561/2019	A. F. QUEIROZ T. CORDEIRO - ME	10762950000107
1500-025273/2019	11553555	0380/2020	ALEX RODRIGO CRISOSTOMO AGRA	060.518.854-80
1500-100361/2019	20032890	0766/2019	ANDERSON PAIXÃO DA SILVA - ME	22641371000195
1500-000548/2012	7003128005	2432/2012	ANTÔNIO R. DE JESUS	24844627
1500-012407/2008	9976438001	0760/2009	BAUMGARTEN TRANSPORTES LTDA - ME	24090818
1500-000829/2011	989611	2099/2012	BEZERRA E TENÓRIO LTDA - ME SOARES E PRADINES LTDA	24220778
1500-036694/2012	1007843	0594/2016	BIOMÉDICA PRODUTOS MÉDICOS LTDA	24104347
1500-018724/2016	20023577	2149/2016		
1500-013211/2014	1013589	2250/2017		
1500-036285/2013	20019368	2479/2017		
1500-008902/1994	55115	0231/1999	BOMPREÇO S A SUPERMERCADOS DO NORDESTE	24500314
1500-021798/2014	1013923	472/2016	BORGES & SANTOS LTDA - ME	24221353
1500-034376/2012	1007420	1297/2015	C A DOS SANTOS BRITO & CIA LTDA - ME	24244684
1500-004877/2014	1013196	1044/2015	C F MARTINS ME - ME	24852168
1500-015065/2003	35131	1035/2008	CARLOS DA SILVA GÁS	24096699
1500-009347/2019	11369709	2409/2019	CELIO SOARES DOS SANTOS	045.827.754-11
	11560257	2410/2019		
1500-026653/2009	975981	1141/2010	CERAMICA MANGUABA LIMITADA - ME	24054526
1500-032819/2011	20000294	2523/2011		
1500-013549/2011	9010385001	1608/2011	COMERCIAL DRUGSTORE LTDA	24103506
1500-100135/2019	20028727	0916/2019	EDSON CALADO DE LIMA - ME	01399612000161
1500-035391/2016	7063662001	0574/2017	ELIANE MONTERO DOMINGUES	406.693.007-72
1500-100621/2019	20032072	1161/2019	EQ. AKI DISTRIBUIDORA DE	18041229000130